

FREQUÊNCIA ESCOLAR DOS ADOLESCENTES DE 15 A 17 ANOS NO BRASIL NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Melissa Mendes Brandão – Universidade Federal de Minas Gerais
Luciana Soares Luz do Amaral - Universidade Federal de Minas Gerais
Júlia Almeida Calazans - Universidade Autônoma de Barcelona

Área 2 – Demografia

Resumo: Determinantes educacionais são fatores que influenciam a trajetória educacional individual. A Meta 3 do PNE foca nos determinantes de adolescentes de 15 a 17 anos, foco deste artigo. A pandemia de Covid-19 representou um risco ao cumprimento da meta e à garantia do direito à educação. Esta pesquisa estuda como adolescentes moldaram sua resposta educacional na pandemia. Utilizando PNADc, percebeu-se que a diferença entre os grupos socioeconômicos deixou de ser significativa e a seletividade entre estes perdeu força durante os anos de pandemia (2020 e 2021). Porém, os dados de 2022 parecem indicar uma proximidade maior ao ano de 2019.

Palavras-chave: Adolescente. Frequência escolar. Distorção idade-série. Covid-19.

Não houve financiamento envolvido na produção deste artigo.

I. Introdução

A educação é direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e dentre os princípios que regem o ensino na Constituição, o primeiro estabelece “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Soares, Alves e Fonseca (2021) destacam a necessidade de monitoramento e acompanhamento do sistema educacional neste quesito. Isto porque o Brasil vivenciou melhorias notórias nas últimas décadas na Educação, contudo ainda está longe do que é considerado ideal segundo os autores. Devido ao contexto recente da pandemia global de Covid-19, juntamente com complicações econômicas, o fechamento das escolas no Brasil levou meses que acabaram por explicitar as desigualdades persistentes do sistema de ensino básico. Frente a inúmeros obstáculos, as desigualdades de condições para o acesso e a permanência impactaram a vida escolar de diversas crianças e adolescentes. O modo como esse impacto ocorreu no período difere entre cada contexto familiar, socioeconômico, ou mesmo por características individuais.

O foco desse artigo são os adolescentes de 15 a 17 anos de idade. Este grupo corresponde à idade adequada para cursar a etapa final do ensino básico: o ensino médio. Por esta razão, estiveram expostos durante toda a trajetória escolar a diferentes contextos e aos riscos envolvidos com a evasão, o abandono e a distorção. Além disto, a fase em que se encontram no curso de vida apresenta particularidades que envolvem diretamente a transição para a vida adulta. Com a maioridade se aproximando, estes jovens estão na iminência de vivenciarem eventos considerados como passagem para a vida adulta: a formação de novos núcleos familiares e/ou domiciliares, ou a saída da escola e a possível entrada no mercado de trabalho (Santos, 2018; Santos, Queiroz e Verona, 2021). As responsabilidades que assumem em meio a essa passagem, talvez sujeitos a pressões financeiras no ambiente familiar/domiciliar, gera em alguns o conflito entre a continuidade dos estudos e o início de uma vida laboral ativa. Em termos educacionais, os jovens representam um dos maiores gargalos em relação às taxas de atendimento escolar e de adequação idade-série em suas matrículas. A meta 3, específica à faixa etária de 15 a 17 anos, no Plano Nacional de Educação (PNE) visa a universalização do acesso deste grupo e a melhoria da taxa líquida de matrícula (TLM) para o nível de 85%. Apesar do prazo final deste PNE ser 2024, nenhuma das duas partes da meta foi atingida ainda. Considerando o período analisado na pesquisa, é possível que a pandemia de Covid-19 tenha influenciado a resposta educacional destes jovens afetando alguns indicadores.

Na década de 60, a publicação do Relatório Coleman (1966) nos Estados Unidos incitou o questionamento sobre o paradigma meritocrático persistente no sistema educacional, reforçando o protagonismo do papel das famílias na trajetória e nas escolhas educacionais dos jovens. No Brasil, as famílias representam o fator determinante do percurso educacional deste público. Segundo Buchmann e Hannum (2001), elas formam a demanda pela educação e interferem em resultados como o desempenho, o atendimento e o alcance escolar. Algumas das características estudadas em diversos trabalhos relacionando famílias e educação são: a estrutura física ou familiar do domicílio em que residem, os recursos disponíveis como os diversos tipos de capitais e o nível socioeconômico do grupo domiciliar (Coleman, 1966; Buchmann e Hannum, 2001; Barros et al, 2001; Riani, 2005; Menezes-Filho, 2007; Franco, 2008; Castro, 2012; Luz, 2016; Soares, Alves e Fonseca, 2021).

As transmissões intergeracionais estão relacionadas com o argumento de que a família é determinante no percurso educacional do jovem. Elas implicam que as dificuldades e os privilégios podem ser repassados através de gerações, por meio dos laços de parentesco

tão definidores da origem social do indivíduo. Por esta razão se torna necessária a análise da frequência escolar justamente no contexto específico da pandemia de Covid-19. As consequências produzidas pela pandemia influenciaram diversos fatores citados por Buchmann e Hannum (2001) como relevantes para os produtos educacionais. Do nível macro ao micro a pandemia teve potencial para afetar os resultados produzidos: seja por meio das condições nacionais e globais, das políticas públicas, ou por meio das estruturas e recursos das famílias, como a renda e a mobilidade. Neste contexto, o próprio conceito do que é considerado “frequência” escolar no ensino remoto, em meio ao isolamento social e com as escolas fechadas, é algo a ser questionado. Sem a cobrança de presença frequente devido ao isolamento social e muitas vezes sem acesso à internet por conta da infraestrutura, a possibilidade de aulas síncronas se torna mais distante. O controle da frequência escolar, muitas vezes realizado por meio dos diários de classe dos professores, passa a ser dificultado.

Os efeitos da educação serão sentidos ao longo da vida dos indivíduos inseridos em suas coortes, portanto ainda se busca informações e dados a respeito das reais consequências da pandemia de Covid-19. Os especialistas em educação estão preocupados de que os impactos serão profundos e duradouros, mesmo os mais otimistas em relação aos possíveis avanços, segundo a revisão sistemática realizada por De Freitas Vieira e Da Silva (2022). Para coortes específicas, o momento de vida em que se situavam enquanto enfrentaram a pandemia fará a diferença em termos da adaptação à entrada no mercado de trabalho, se tomarmos como exemplos eventos anteriores de fechamento de escolas em meio a crises e desastres (Oliveira, Gomes e Barcellos; 2020). As consequências na formação escolar, bem como na qualificação profissional e na formação cidadã foram enormes enquanto todos os envolvidos no sistema educacional se adaptavam às novas formas de aprender e ensinar, de socializar, de viver. Em momentos anteriores de fechamento de escolas por pandemia, furacão ou greve os resultados apontados pelos autores indicam que as coortes afetadas por estes eventos registraram queda da escolaridade média em relação a coortes não afetadas e eventual queda de desempenho. A preocupação se instala em torno do impacto que pode gerar com a entrada destas coortes no mercado de trabalho de uma população com razões de dependência cada vez mais altas, bem como pelo impacto por meio de transmissões intergeracionais às próximas gerações dos filhos destas coortes.

O Brasil é um dos países que passou mais tempo com as escolas fechadas (Todos pela Educação; 2021) e os impactos, especialmente para a população mais vulnerável, demandam atenção voltada para diversas esferas: política, social, pedagógica, emocional, física, de trabalho e renda, um olhar mais integral. Sendo assim, o objetivo desse artigo é investigar se a pandemia de Covid-19 afetou diferentemente a frequência escolar dos adolescentes de 15 a 17 anos, entre os diversos quartis de renda, em relação às características individuais, familiares e ao contexto socioeconômico em que estão inseridos. Cientes das desigualdades anteriormente levantadas, busca-se compreender como os contextos moldaram a resposta educacional destes adolescentes na pandemia. Também serão analisadas as probabilidades de frequência dos jovens, por diversos recortes que encontram embasamento empírico na literatura sobre fatores relevantes para a relação entre famílias e participação escolar. Será investigado se, durante o período de 2019 a 2022 com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc), o grupo de adolescentes brasileiros de 15 a 17 anos apresenta resultados que vão de encontro aos descritos na literatura em momentos de crises e desastres.

Os dados indicam que as desigualdades presentes na vida escolar dos estudantes têm reduzido nas últimas décadas no país em relação à escolaridade média entre grupos

(Todos pela Educação; 2021). Contudo, ainda é possível observar diferenças a respeito das características individuais, familiares e do contexto socioeconômico. Sendo assim e considerando evidências reportadas de crises anteriores, espera-se encontrar que ao longo da distribuição de renda as famílias de quartis mais altos serão menos afetadas em termos de frequência escolar do que as mais pobres. Outra hipótese é a de que o diferencial por sexo persistirá e será desfavorável aos indivíduos de sexo masculino, visto que ser mulher é uma característica geralmente identificada como favorável à frequência e ao fluxo escolar (Abdo e Luz, 2019; Araújo, Junior e Siqueira, 2022). Em relação à variável de raça/cor, por um efeito de composição da população e dos grupos mais vulneráveis, a hipótese é a de que os não-brancos foram mais prejudicados em relação aos brancos no atendimento escolar durante a pandemia. Por último, espera-se que famílias com maior razão de dependência jovem tenham sido mais prejudicadas no atendimento escolar. Por outro lado, a razão de dependência idosa pode revelar uma composição domiciliar multigeracional, que pode estar associada a efeitos distintos: i) uma associação negativa com a frequência escolar devido à maior vulnerabilidade e necessidade de cuidado ou ii) uma associação positiva, caso tal composição represente uma maior provisão de renda advinda de outras fontes e fornecimento de cuidado. Estas hipóteses se referem aos efeitos esperados com base na literatura existente, em condições convencionais.

No entanto, a pandemia representou um choque adverso que modificou a relação dos indivíduos com o sistema escolar, além do contexto familiar no qual as decisões escolares são tomadas. Dessa forma, uma hipótese alternativa é a de que, ao modificar totalmente o contrato implícito de frequência e uso do tempo presente no ensino básico tradicional, o ensino remoto adotado durante a pandemia tenha enfraquecido o *trade-off* dos estudantes de 15 a 17 anos sobre a permanência na escola, favorecendo a probabilidade de frequentar durante este período. Com a redução dos custos associados à permanência escolar presencial (tempo, deslocamento, vigilância) é possível que os jovens não tenham precisado sair da escola por motivo de trabalho e que o ensino remoto, inclusive, tenha facilitado a conciliação entre trabalho e estudo. Os resultados indicam que a hipótese alternativa foi confirmada. Com a inclusão dos dados mais atualizados disponíveis, o ano de 2022 apresenta números que voltam a se aproximar do contexto em 2019, indicando que as mudanças identificadas durante 2020 e 2021 parecem ser circunstanciais.

II. Métodos

A base de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADc) disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para tanto, foram selecionados os microdados acumulados em 5^{as} visitas anualmente dos anos de 2019 a 2021. A Nota Técnica 05/2021 do IBGE revela que de março de 2020 a junho de 2021, devido às circunstâncias especiais de coleta e resposta no contexto da pandemia e do isolamento social, a qualidade das 5^{as} entrevistas foi melhor do que a das primeiras. A mudança na forma de coleta de totalmente presencial para totalmente por telefone a partir do segundo trimestre de 2020 impactou diretamente no aproveitamento. Os domicílios visitados pela primeira vez no painel não apresentavam informações de contato telefônico e a taxa de não-resposta foi maior entre eles (Nota Técnica 04/2021 PNADc). Por conta do rigor estatístico prezado pelo IBGE, as únicas informações sobre outras fontes de renda no questionário foram divulgadas no acumulado anual das 5^{as} entrevistas.

A unidade de investigação principal da pesquisa são os jovens entre 15 a 17 anos de idade. Mais especificamente, pretende-se analisar o perfil destes jovens e suas características que influenciam na probabilidade de frequentarem a escola. A PNADc apresenta um

espaço do questionário dedicado à educação e contém informações sobre educação e outras características socioeconômicas das famílias dos adolescentes de forma confiável e representativa em níveis geográficos diversos. As variáveis foram selecionadas com base no que a literatura existente sobre o tema levanta, com base na fonte de dados disponíveis e também foram testadas e analisadas para chegar ao resultado final.

A variável dependente do modelo utilizado é baseada na frequência escolar captada no questionário da PNADc. Ela engloba todos os indivíduos de 5 anos ou mais de idade em duas categorias de resposta: “frequenta” ou “não frequenta”. Entretanto, a variável foi modificada de modo a incluir as informações sobre conclusão de curso e situação de adequação idade-série. Desta forma, a variável dependente do modelo foi criada para enquadrar os adolescentes de 15 a 17 anos em três categorias diferentes de resposta: “não frequenta e nem concluiu a escola”, “frequenta, mas apresenta distorção idade-série” ou “frequenta e apresenta adequação idade-série ou já concluiu o ensino médio”. Sendo que “a criança é considerada atrasada em termos educacionais se não tem o total de anos de estudo completos compatível com a sua idade no início de cada ano letivo” (Machado e Gonzaga; 2007). Esta informação não levou em consideração a data de aniversário e a data de corte da matrícula, por conta da indisponibilidade da data de realização da entrevista. As variáveis independentes foram selecionadas com base na literatura existente sobre o tema e agrega informações individuais, socioeconômicas, familiares e geográficas.

O modelo selecionado para cumprir com o objetivo da pesquisa e permitir uma variável de frequência escolar com 3 categorias foi o *logit* multinomial. Neste formato, ele calcula coeficientes diferentes para cada situação de resposta possível, assumindo uma das categorias como a base de comparação. Aqui a base foi a categoria dos adolescentes que não frequentam a escola e nem concluíram, portanto os coeficientes foram calculados para quem frequenta a escola ou já concluiu (com ou sem adequação idade-série). Desta forma, é possível compreender mais a fundo como as diversas características podem influenciar de modos diferentes a chance de um adolescente frequentar ou não a escola, de forma adequada ou com distorção. Para cada situação foram calculadas as probabilidades preditas. Elas representam as probabilidades esperadas de um adolescente com características médias da amostra em frequentar a escola com base no modelo.

III. Resultado

A análise descritiva por meio da Tabela 1 mostra como o total de cada ano do período nos revela que o percentual dos adolescentes que não frequentam a escola foi caindo, se tornando o grupo menos representativo da amostra. O segundo grupo menos representativo é composto pelos estudantes que apresentam distorção idade-série e o mais representativo é aquele de estudantes que frequentam a escola com adequação ou já concluíram o ensino médio e teve o percentual cada vez maior da amostra. A princípio, se torna necessário compreender se esse é um movimento natural e sustentável, ou se reflete apenas algum tipo de resposta às circunstâncias da pandemia. É preciso continuar rastreando os próximos anos para entender se representa um avanço real rumo à universalização do atendimento escolar previsto no PNE 2014/2024, ou se é apenas circunstancial.

O público da amostra é majoritariamente masculino, sendo que as meninas compõem a maior parte entre os que frequentam a escola com adequação idade-série ou dos que concluíram o ensino médio. Os meninos são a maioria nas outras duas categorias: os que não frequentam e nem concluíram ou os que apresentam distorção idade-série. Por idade

em anos completos a distribuição é bastante equilibrada na amostra, contudo o perfil etário dos que não frequentam e nem concluíram a escola é explícito. A frequência é inversamente ligada à idade, quanto mais velhos os indivíduos, maior o percentual entre os que não frequentam a escola e nem concluíram.

Entre as categorias de raça/cor utilizadas, a representatividade de não-brancos é maior e este grupo também compõe a maioria nos quatro anos entre os perfis de adolescentes que não frequentam a escola e nem concluíram, bem como os que frequentam a escola com distorção. Outro fator que se relaciona à probabilidade de um adolescente frequentar ou não a escola é a sua situação na força de trabalho. A maior parte deste recorte etário se encontra fora da força de trabalho e esta categoria se diferencia dos que estão na força de trabalho em relação à frequência escolar, com ou sem distorção. A bibliografia revisada (Barros et al, 2001; Abdo e Luz, 2019) corrobora que este é um comportamento esperado, visto que o tempo é um recurso limitado e passa a ser competido entre a dedicação escolar e a dedicação ao trabalho. Especialmente entre os mais velhos do grupo. Ao longo dos anos observa-se que o percentual dos que estão na força de trabalho diminui entre os que não frequentam a escola, o que não condiz com a literatura sobre o que é esperado em tempos de crise. Por outro lado, pode ser que justamente a crise pandêmica e os arranjos emergenciais tenham facilitado o acordo entre trabalho e estudo. O que parece ser o caso, já que em 2022 o percentual dos que estão na força de trabalho e não frequentam e nem concluíram a escola é mais próximo e maior do que em 2019. Em relação à localização dos domicílios destes adolescentes, a maior parte se encontra em zonas urbanas e parece haver uma seletividade em que os adolescentes destas regiões representam um percentual maior entre os que frequentam com adequação ou concluíram o ensino médio.

A análise dos quartis de renda indica a composição da amostra por cada categoria, que representam: adolescentes que vivem em domicílios com renda domiciliar per capita de todas as fontes igual a zero; ou, sendo uma renda maior do que zero independentemente do valor, se encontra em determinado quartil na distribuição de renda. Repara-se na Tabela 1 que a categoria de renda zero é a menor de todas, quase uma exceção, em que a maior parte dos que constituem este grupo não frequentam e nem concluíram a escola. Por outro lado, entre os quartis, quanto maior a posição na distribuição de renda, menor é o percentual que o grupo compreende da amostra. De modo geral, quanto menor é a renda, maior é a participação entre os adolescentes que não frequentam e nem concluíram a escola, bem como entre os que frequentam a escola, mas apresentam distorção idade-série. Por outro lado, pertencentes ao terceiro e ao quarto quartil reduzem a cada ano a parte que abarcam entre os que não frequentam e nem concluíram a escola, mas em 2022 o 3º quartil apresentou um percentual mais alto do que todos os outros anos na situação de não frequência e não conclusão e o 4º quartil mais alto do que o ano de 2021.

Os testes de significância apresentados na tabela revelam que todas as variáveis apresentaram resultado significativo dentro de cada um dos três grupos de frequência ou adequação idade-série. Entre os anos, os testes realizados apontam que o nível de significância foi o mesmo para todas elas, exceto para razão de dependência idosa, que não foi significativa.

Tabela 1 - Descrição das Variáveis com Base no Perfil de Frequência e Adequação dos Adolescentes de 15 a 17 Anos, no Período de 2019 a 2022 no Brasil

	<i>Não Frequenta e Nem Concluiu</i>		<i>Frequenta com Distorção</i>		<i>Frequenta com Adequação ou Concluiu</i>		<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>P - Valor</i>
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>			
2019									
<i>Sexo</i>									
Feminino	712	44,26	1626	37,69	7477	52,44	9815	48,87	0,000
Masculino	876	55,74	2920	62,31	6892	47,56	10688	51,13	
<i>Idade</i>									
15 anos	270	15,92	1472	31,57	5048	35,00	6790	32,98	0,000
16 anos	495	29,84	1506	33,63	4824	33,13	6825	33,01	
17 anos	823	54,24	1568	34,81	4497	31,87	6888	34,01	
<i>Situação na Força de Trabalho</i>									
Na Força de Trabalho	543	37,04	914	20,72	2873	22,89	4330	23,42	0,000
Fora da Força de Trabalho	1045	62,96	3632	79,28	11496	77,11	16173	76,58	
<i>Cor</i>									
Branca	391	27,57	1094	26,28	5327	41,45	6812	37,39	0,000
Não-Branca	1197	72,43	3452	73,72	9042	58,55	13691	62,61	
<i>Situação do Domicílio</i>									
Rural	669	24,88	1774	23,13	4001	14,52	6444	17,00	0,000
Urbano	919	75,12	2772	76,87	10368	85,48	14059	83,00	
<i>Quartis de renda domiciliar per capita ou renda zero</i>									
Renda Zero	61	3,79	82	1,51	240	1,38	383	1,57	0,000
1° Quartil	818	45,50	2484	50,83	4533	25,92	7835	32,36	
2° Quartil	474	32,64	1255	28,79	4149	29,15	5878	29,31	
3° Quartil	167	13,17	520	13,66	3023	24,29	3710	21,35	
4° Quartil	68	4,90	205	5,21	2424	19,26	2697	15,40	
Total	1588	6,90%	4546	20,43%	14369	72,67%	20503	100,00%	
2020									
<i>Sexo</i>									
Feminino	370	47,77	1224	35,38	6366	53,48	7960	49,56	0,000
Masculino	479	52,23	2356	64,62	5780	46,52	8615	50,44	
<i>Idade</i>									
15 anos	147	16,32	1123	32,22	4305	34,00	5575	32,72	0,000
16 anos	249	29,15	1192	32,36	4174	35,12	5615	34,26	
17 anos	453	54,54	1265	35,42	3667	30,88	5385	33,01	
<i>Situação na Força de Trabalho</i>									
Na Força de Trabalho	267	30,58	590	16,70	1920	16,88	2777	17,56	0,000
Fora da Força de Trabalho	582	69,42	2990	83,30	10226	83,12	13798	82,44	
<i>Cor</i>									
Branca	235	31,52	907	27,45	4674	41,35	5816	38,06	0,000
Não-Branca	614	68,48	2673	72,55	7472	58,65	10759	61,94	
<i>Situação do Domicílio</i>									
Rural	368	29,48	1289	22,91	3164	14,92	4821	17,27	0,000
Urbano	481	70,52	2291	77,09	8982	85,08	11754	82,73	
<i>Quartis de renda domiciliar per capita ou renda zero</i>									
Renda Zero	31	2,87	71	2,28	246	2,06	348	2,15	0,000
1° Quartil	443	51,49	1963	51,28	4156	30,78	6562	35,95	
2° Quartil	254	30,61	1005	28,68	3410	27,96	4669	28,24	
3° Quartil	89	10,70	402	13,23	2354	21,05	2845	18,95	
4° Quartil	32	4,33	139	4,53	1980	18,15	2151	14,71	
Total	849	5,19%	3580	19,97%	12146	74,84%	16575	100,00%	

(Continua na Próxima Página)

	<i>Não Frequenta e Nem Concluiu</i>		<i>Frequenta com Distorção</i>		<i>Frequenta com Adequação ou Concluiu</i>		<i>Total</i>	<i>%</i>	<i>P - Valor</i>	
	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>	<i>N</i>	<i>%</i>		
2021	<i>Sexo</i>									
	Feminino	326	49,72	1269	38,47	5815	51,61	7410	48,82	0,000
	Masculino	372	50,28	2246	61,53	5403	48,39	8021	51,18	
	<i>Idade</i>									
	15 anos	133	19,96	1084	30,85	3917	35,33	5134	33,70	0,000
	16 anos	200	28,09	1220	34,56	3812	33,69	5232	33,61	
	17 anos	365	51,95	1211	34,59	3489	30,98	5065	32,69	
	<i>Situação na Força de Trabalho</i>									
	Na Força de Trabalho	210	28,20	665	19,24	1989	17,99	2864	18,72	0,000
	Fora da Força de Trabalho	488	71,80	2850	80,76	9229	82,01	12567	81,28	
	<i>Cor</i>									
	Branca	196	28,85	924	27,14	4340	42,33	5460	38,59	0,000
	Não-Branca	502	71,15	2591	72,86	6878	57,67	9971	61,41	
	<i>Situação do Domicílio</i>									
	Rural	269	23,30	1280	24,08	3047	14,68	4596	17,01	0,000
	Urbano	429	76,70	2235	75,92	8171	85,32	10835	82,99	
	<i>Quartis de renda domiciliar per capita ou renda zero</i>									
	Renda Zero	22	2,35	110	3,12	197	1,83	329	2,12	0,000
	1º Quartil	359	46,90	1848	50,55	3877	31,23	6084	35,92	
	2º Quartil	220	37,80	993	28,08	3085	27,08	4298	27,78	
3º Quartil	73	9,75	412	13,21	2143	20,16	2628	18,25		
4º Quartil	24	3,20	152	5,03	1916	19,69	2092	15,92		
Total	698	4,64%	3515	20,52%	11218	74,84%	15431	100,00%		
2022	<i>Sexo</i>									
	Feminino	381	42,57	1210	38,35	6804	52,01	8395	49,11	0,000
	Masculino	574	57,43	2185	61,65	6178	47,99	8937	50,89	
	<i>Idade</i>									
	15 anos	148	14,10	1010	28,91	4656	35,37	5814	33,19	0,000
	16 anos	306	31,83	1158	34,97	4343	33,69	5807	33,83	
	17 anos	501	54,07	1227	36,11	3983	30,94	5711	32,98	
	<i>Situação na Força de Trabalho</i>									
	Na Força de Trabalho	364	39,92	687	20,84	2500	20,96	3551	21,85	0,000
	Fora da Força de Trabalho	591	60,08	2708	79,16	10482	79,04	13781	78,15	
	<i>Cor</i>									
	Branca	253	29,91	883	29,53	4901	41,56	6037	38,84	0,000
	Não-Branca	702	70,09	2512	70,47	8081	58,44	11295	61,16	
	<i>Situação do Domicílio</i>									
	Rural	421	24,60	1333	23,10	3571	13,75	5325	15,95	0,000
	Urbano	534	75,40	2062	76,90	9411	86,25	12007	84,05	
	<i>Quartis de renda domiciliar per capita ou renda zero</i>									
	Renda Zero	37	4,21	65	2,37	179	1,62	281	1,88	0,000
	1º Quartil	497	51,47	1868	51,65	4478	29,16	6843	34,26	
	2º Quartil	263	26,09	921	28,01	3680	27,97	4864	27,89	
3º Quartil	114	14,34	366	12,20	2538	21,51	3018	19,50		
4º Quartil	44	3,88	175	5,77	2107	19,75	2326	16,48		
Total	955	4,79%	3395	17,93%	12982	77,28%	17332	100,00%		

Fonte: PNADc, dados acumulados em 5a visita. Dados trabalhados pela autora.

No modelo *logit* multinomial a variável dependente considera a frequência escolar juntamente com a adequação em relação à idade-série. Neste caso, as categorias de análise são: não frequenta a escola, frequenta a escola e apresenta distorção idade-série, frequenta a escola em idade adequada ou concluiu o ensino médio. A base de comparação é a categoria de quem não frequenta a escola e nem concluiu. Esta qualificação, que inclui a adequação, permite diferenciar as características dos adolescentes e como elas variaram ao longo ao período nestas categorias. Especificamente em relação ao sexo e à raça/cor, a situação escolar muda consistentemente de acordo com as características conforme a literatura.

Na Tabela 2 é possível notar que ser homem apresenta uma razão de chances maior do que 1 para todos os anos em frequentar a escola com distorção, o que indica que é uma característica que aumenta a chance de estar nessa situação. De 2019 a 2021, esta chance aumentou de 41%, a 81%, passando a 66% em 2021 e reduzindo a 28% em 2022, sendo significativa estatisticamente ao nível de 2% em todos eles. Estar fora da força de trabalho também foi significativo a este nível em todos os anos no perfil com distorção, chegando a aumentar em mais de 90% a chance de frequentar escola nesta situação em comparação a não frequentar. Porém, em 2021 o aumento na chance reduziu chegando a 52% e em 2022 voltou a aumentar chegando a 2,35 vezes a chance de frequentar com distorção. Residir em área urbana também foi significativo em 2019 e 2020, contribuindo para aumento de chance de 22 e 44% em estar na situação com distorção, mas a partir de 2021 esta característica deixa de ser significativa estatisticamente.

Por outro lado, em 2019 quem possui a renda domiciliar igual a zero ou pertence ao segundo quartil da distribuição apresenta chance menor de estar distorcido do que não frequentar a escola em comparação aos pertencentes ao primeiro quartil da distribuição de renda. Para quem tem renda zero a chance reduz em 67% e para quem faz parte do segundo quartil a chance reduz em 19%. Estas características perderam a significância a partir de 2020 em explicar a chance de frequentar a escola com distorção idade-série, exceto renda zero que volta a ser significativa em 2022, reduzindo a chance de estar distorcido frente a não frequentar em 48%. A razão de chances de quem pertence aos quartis mais elevados da distribuição não são significativas para explicar quem apresenta distorção idade-série.

Sobre a idade, comparar com o perfil de quem frequenta adequadamente é uma análise interessante. A razão de chance relacionada à idade do jovem mostra que os adolescentes mais velhos têm menor chance de frequentar a escola (todas as razões significativas e menores do que 1). Porém, o risco é maior de que os adolescentes mais velhos estejam frequentando com distorção se comparados aos que frequentam sem distorção. As razões de chance indicam que quanto maior a idade, a chance reduz entre 30 e 40% de frequentar a escola com distorção em comparação a não frequentar e nem ter concluído o ensino médio. Outras variáveis do modelo não foram significativas para explicar as diferentes características entre quem está distorcido ou não frequenta a escola: raça/cor, composição dos domicílios ou mesmo os quartis mais elevados (terceiro e quarto) não influenciaram na chance de pertencer a uma ou a outra categoria. Apenas a razão de dependência idosa foi positivamente significativa a 5% em 2020, aumentando em 57% a chance de o jovem frequentar a escola em situação de distorção. Além disto, também em 2020 com significância a 7% ser não-branco representou um aumento de chance de frequentar nesta situação em 32% em relação a não frequentar a escola.

Em contraponto, em 2019, o perfil de quem frequenta a série correta na escola apresentou todas as variáveis como significativas a 1% (a razão de dependência idosa a 5%) para explicar a diferença na chance de estar adequado em relação a não frequentar a escola. Como esperado, os homens apresentaram 30% de redução na chance em frequentar com adequação, os adolescentes mais velhos 48% de redução, os não-brancos 24%. Em termos das famílias domiciliares com mais membros dependentes (jovens ou idosos) também houve uma chance de 35% e 26%, respectivamente, menor em frequentar a escola com adequação comparado a não frequentar. Renda domiciliar zero apresenta 46% menor de chance de estar adequado na escola em relação a não frequentar. Por outro lado, estar fora da força de trabalho influencia positivamente aumentando em 78% a chance de estar na série correta ou ter concluído, bem como ocupar posições na distribuição de renda do segundo quartil para cima. A chance cresce de pertencer à categoria adequada quanto

maior a renda, chegando a mais do que cinco vezes quando se está no quarto quartil de renda domiciliar per capita de todas as fontes. Ao longo dos anos, incluindo o período de pandemia, as mudanças registradas permitem reflexões e questionamentos que podem contribuir para a compreensão de possíveis impactos da crise no perfil de quem frequenta ou não a escola e sua adequação de idade-série.

Assim sendo, os resultados apresentados ao longo dos anos indicam que algumas das variáveis vão perdendo significância em ambos os perfis de frequência. Um exemplo é a variável de raça/cor que perde a significância de 2020 em diante nos modelos, com alguma exceção, mas de um modo geral ainda indica um perfil de não-brancos com maior chance de estar distorcido e um de brancos com maior chance de não estar. Viver em um ambiente urbano é uma característica que deixa de ser significativa para explicar a diferença na chance de estar distorcido frente a não frequentar a escola em 2021. Em relação à composição domiciliar, a razão de dependência idosa nos domicílios apresenta coeficientes maiores do que 1, mas deixa de ser significativa para quem está frequentando adequadamente a escola. Contudo, para quem está distorcido, apenas no ano de 2020, o coeficiente é significativo e contribui com um aumento de mais de 57% na chance de frequentar a escola. A maior dependência jovem nos domicílios continua sendo não significativa para explicar quem frequenta com distorção, mas continua sendo significativa na redução da chance de quem frequenta sem distorção a escola.

Sobre a posição na distribuição de renda, as variáveis dos quartis ou mesmo de renda zero vão perdendo significância em explicar a distorção idade-série na frequência. A variável de renda zero volta a ser significativa a pelo menos 5% em ambas categorias, além de que pertencer ao 2º quartil também volta a ser significativa a 1% em quem frequenta com adequação. Ou seja, parece que a seletividade da renda vai reduzindo entre adolescentes que não frequentam a escola e os que estão distorcidos nela durante 2020 e 2021. Entretanto, para os estudantes regulares ou que já concluíram o ensino médio pertencer aos quartis mais elevados, o terceiro e o quarto, vai se destacando a cada ano. Pertencer ao último quartil aumenta de 5 a 7 vezes a chance de os adolescentes estarem regulares na educação formal. Entre os do terceiro quartil a chance pode chegar a quase três vezes mais de estar regular do que não frequentar a escola. Por outro lado, os que possuem renda zero deixam de ser significativos em 2020 e 2021 e os do segundo quartil em 2021. Isto indica que, durante os anos de pandemia, pertencer a estes grupos já não explica a diferença na chance de frequentar ou não a escola, nem a situação de adequação em que se encontram, mas em 2022 há indícios de que o quesito da renda volta a ser relevante na composição dos grupos.

Tabela 2 - Razão de Chances de Frequentar a Escola com Distorção, com Adequação ou Ter Concluído entre Adolescentes de 15 a 17 Anos, no Período de 2019 a 2022 no Brasil (Logit Multinomial)

<i>Frequência e Adequação</i>	2019				2020				2021				2022			
<i>Base: Não Frequenta e Nem Concluiu</i>																
<i>Frequenta com Distorção</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>	<i>Razão de Chances</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>	<i>Razão de Chances</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>	<i>Razão de Chances</i>	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>P-Valor</i>	<i>Razão de Chances</i>
Homem	0,340	0,080	0,000	1,41	0,594	0,110	0,000	1,81	0,512	0,114	0,000	1,67	0,248	0,106	0,019	1,28
Idade (Anos Completos)	-0,502	0,054	0,000	0,61	-0,503	0,078	0,000	0,60	-0,422	0,088	0,000	0,66	-0,462	0,068	0,000	0,63
Não-Brancos	0,084	0,107	0,428	1,09	0,275	0,150	0,066	1,32	0,079	0,186	0,673	1,08	0,113	0,135	0,401	1,12
Fora da Força de Trabalho	0,658	0,092	0,000	1,93	0,651	0,133	0,000	1,92	0,418	0,160	0,009	1,52	0,853	0,116	0,000	2,35
Razão de Dependência Jovem	-0,078	0,108	0,471	0,93	0,132	0,164	0,422	1,14	-0,155	0,167	0,354	0,86	-0,192	0,147	0,191	0,83
Razão de Dependência Idosa	0,022	0,155	0,887	1,02	0,452	0,218	0,038	1,57	0,168	0,273	0,538	1,18	0,137	0,211	0,515	1,15
Meio Urbano	0,200	0,086	0,020	1,22	0,361	0,134	0,007	1,44	0,031	0,132	0,817	1,03	0,088	0,114	0,441	1,09
Renda Zero	-1,112	0,232	0,000	0,33	-0,273	0,292	0,350	0,76	0,106	0,368	0,773	1,11	-0,649	0,306	0,034	0,52
2º Quartil	-0,205	0,101	0,043	0,81	-0,072	0,145	0,620	0,93	-0,326	0,197	0,098	0,72	0,055	0,144	0,702	1,06
3º Quartil	0,006	0,137	0,963	1,01	0,277	0,204	0,175	1,32	0,345	0,211	0,101	1,41	-0,104	0,181	0,567	0,90
4º Quartil	-0,058	0,211	0,785	0,94	0,022	0,289	0,940	1,02	0,416	0,372	0,263	1,52	0,341	0,247	0,168	1,41
Constante	7,888	0,907	0,000	2664,84	7,851	1,310	0,000	2569,50	7,637	1,565	0,000	2074,18	8,348	1,150	0,000	4220,31
<i>Frequenta com Adequação ou Concluiu</i>																
Homem	-0,357	0,072	0,000	0,70	-0,207	0,106	0,050	0,81	-0,070	0,107	0,513	0,93	-0,359	0,097	0,000	0,70
Idade (Anos Completos)	-0,654	0,050	0,000	0,52	-0,636	0,075	0,000	0,53	-0,579	0,087	0,000	0,56	-0,694	0,064	0,000	0,50
Não-Brancos	-0,277	0,094	0,003	0,76	-0,063	0,140	0,653	0,94	-0,254	0,182	0,162	0,78	-0,099	0,124	0,425	0,91
Fora da Força de Trabalho	0,577	0,083	0,000	1,78	0,615	0,122	0,000	1,85	0,350	0,160	0,029	1,42	0,759	0,105	0,000	2,14
Razão de Dependência Jovem	-0,431	0,100	0,000	0,65	-0,353	0,154	0,022	0,70	-0,536	0,157	0,001	0,59	-0,641	0,139	0,000	0,53
Razão de Dependência Idosa	-0,302	0,147	0,040	0,74	0,237	0,198	0,230	1,27	0,135	0,264	0,609	1,14	-0,046	0,198	0,818	0,96
Meio Urbano	0,242	0,077	0,002	1,27	0,470	0,127	0,000	1,60	0,234	0,126	0,063	1,26	0,312	0,104	0,003	1,37
Renda Zero	-0,614	0,205	0,003	0,54	0,018	0,251	0,943	1,02	0,045	0,362	0,902	1,05	-0,704	0,273	0,010	0,49
2º Quartil	0,316	0,093	0,001	1,37	0,270	0,146	0,064	1,31	-0,054	0,194	0,779	0,95	0,492	0,136	0,000	1,64
3º Quartil	0,990	0,124	0,000	2,69	0,978	0,192	0,000	2,66	0,978	0,195	0,000	2,66	0,822	0,167	0,000	2,27
4º Quartil	1,660	0,188	0,000	5,26	1,640	0,265	0,000	5,15	1,945	0,347	0,000	6,99	1,879	0,223	0,000	6,55
Constante	12,309	0,839	0,000	221722,50	12,034	1,257	0,000	168398,00	11,941	1,555	0,000	153371,00	13,650	1,090	0,000	847842,50

Fonte: PNADc, dados acumulados em 5ª visita. Dados trabalhados pela autora.

Nota: Modelo controlado por UF - o teste de inclusão parcial Bonferroni foi significativo a 1% em todos os anos com P-Valor =0,000. A tabela completa pode ser solicitada à autora.

IV. Discussão

Este artigo buscou retratar em que medida as características individuais, familiares/domiciliares e socioeconômica dos adolescentes de 15 a 17 anos esteve associada à resposta escolar no período de 2019 a 2022. O fechamento das escolas, bem como a adaptação de todos os membros da comunidade escolar ao recurso das aulas remotas, das atividades online e offline, ou a outras formas de adaptação educacional em relação à checagem do aprendizado, às avaliações diagnósticas, formativas e somativas certamente influenciaram em alguma medida a trajetória dos indivíduos em idade escolar à época. O conceito de frequência escolar se torna abstrato. Um choque de tamanha proporção afetou o cotidiano da população mundial, portanto é esperado que tenha afetado também a resposta educacional dos jovens. A bibliografia revisada (Oliveira, Gomes e Barcellos; 2021), embasada em evidências anteriores de choques, pandemias ou catástrofes, argumenta com dados que os efeitos são geralmente negativos em relação à frequência escolar, ao desempenho, ao nível de aprendizado adequado para as coortes de estudantes afetadas.

Sabe-se que o público dos adolescentes representa um grupo desafiador no que diz respeito ao atendimento e à trajetória escolar (Todos Pela Educação; 2021). Em especial, recortes específicos deste grupo ligados às características individuais, familiares ou geográficas dos seus domicílios estão geralmente associadas a probabilidades maiores ou menores em frequentar ou ter concluído a escola, ou mesmo em ter uma trajetória com ou sem distorção idade-série. Uma das hipóteses levantadas na introdução deste artigo é a de que o avanço registrado ao longo dos últimos anos nos indicadores educacionais desta faixa etária fosse interrompido durante a pandemia, e que o grupo se distanciasse ainda mais da meta 3 prevista pelo PNE 2014-2024 para a faixa etária de 15 a 17 anos. Dados os efeitos negativos da crise sanitária sobre aspectos sociais e econômicos, poderia se esperar com base na bibliografia revisada que os resultados apresentassem redução na proporção dos adolescentes que frequentam a escola e que isto se refletisse em aumento da distorção. Esta situação poderia ser verificada, especialmente, entre os recortes de renda mais baixa, ou em características como ser do sexo masculino e se encontrar na força de trabalho, geralmente associadas ao menor atendimento e às trajetórias mais irregulares (Soares, Alves e Fonseca; 2021).

Recorrendo aos microdados anuais acumulados em quintas visitas da PNADc no período de 2019 a 2022, os resultados da análise descritiva da amostra utilizada, juntamente com o modelo calculados indicaram uma direção oposta à hipótese destacada anteriormente. Os resultados revelam que a proporção de adolescentes fora da escola que não concluíram o ensino médio reduziu ao longo dos anos de pandemia e que a proporção dos que frequentam com adequação ou já concluíram o ensino médio aumentou. O movimento evidenciado pelas análises estatísticas aponta que os adolescentes tiveram uma resposta condizente com a hipótese alternativa de aumento da frequência. A partir da constatação sobre a ampliação do grupo de adolescentes que atendem à escola, tornou-se necessário compreender quais foram os jovens que tiveram resposta escolar favorável no contexto pandêmico. Os dados registraram uma ampliação do grupo que possui a trajetória escolar adequada. Este resultado pode estar relacionado ao fato de que os novos processos escolares, entre eles o ensino remoto, favoreceram a progressão ao mesmo tempo em que favoreceram a permanência dos estudantes na escola. Testes mais precisos sobre esse cenário podem ser alvo de pesquisas futuras. Jovens que antes se viam divididos entre a dedicação ao trabalho e a dedicação aos estudos passaram a ser capazes de conciliar as duas atividades a partir do momento em que os custos envolvidos com a permanência escolar foram reduzidos e este *trade-off* foi modificado.

O modelo *logit* multinomial apresentado permite concluir que há uma diferença demarcada entre as características de adolescentes que frequentam a escola com ou sem distorção idade-série, em comparação com os adolescentes que não frequentam a escola e nem concluíram. O grupo dos que não frequentam a escola é o menos representativo entre os três, porém ainda representa um empecilho à universalização do atendimento escolar na faixa etária e dificulta a busca pela adequação no fluxo destes adolescentes. Nota-se que há uma chance maior entre homens, não-brancos, mais velhos, residentes de zona rural e pertencentes aos quartis mais baixos de renda em apresentarem distorção em relação aos que não frequentam. Por outro lado, entre os que apresentam maior adequação estão as meninas, os brancos, os mais jovens, os residentes de zona urbana e os pertencentes aos quartis mais elevados de renda (terceiro e quarto), especialmente em domicílios com dependência jovem e idosa mais baixas. Analisando pela composição do domicílio familiar, a presença de menores de idade foi um fator mais relevante do que a presença de idosos na resposta educacional dos jovens durante a pandemia, de forma negativa a reduzir a chance de frequência.

De todas as variáveis apresentadas, as que apresentaram significância incontestável, seja por ano ou por situação no curso nos resultados, foram: idade (relação inversa com a frequência escolar); estar fora da força de trabalho (relação direta com a frequência). Analisando pelo recorte de renda, pertencer ao terceiro e ao quarto quartil sempre foi apontado como relevante para aumentar a chance de frequentar escola e de forma adequada em relação à série. Ao que reporta o modelo *logit* multinomial distingue que os grupos de homens, não-brancos, com renda zero ou pertencentes ao segundo quartil de renda (tomando como base o primeiro quartil de renda) deixaram de apresentar diferenças significativas nas chances de frequentar escola com adequação de série durante 2020 e 2021, inclusive em domicílios com maior dependência idosa, possibilitando a reflexão de que o aumento da proporção de adolescentes que frequentam escola com adequação idade-série foi alavancado também por grupos mais vulneráveis social e historicamente na pandemia. O mesmo recorte que a literatura apresentou como mais vulnerável ao abandono escolar, à evasão, às trajetórias irregulares e mais sujeitos à entrada prematura na força de trabalho (afetando o tempo investido na educação formal) parece ter seguido um rumo diferente durante os anos em questão. O levantamento do ano de 2022 indica que a situação parece estar se revertendo, mostrando que características de renda e de sexo voltaram a ser significativas em explicar determinadas situações do modelo.

Esta pode ser apontada como uma contribuição deste trabalho. Em momentos de crise, como levantado por Oliveira, Gomes e Barcellos (2020), o esperado é que indivíduos mais vulneráveis notem um aumento do custo envolvido em frequentar a escola e um aumento do benefício em entrar precocemente na força de trabalho, especialmente por questões financeiras. Sendo assim, o modelo aponta que o sentido da mudança na frequência dos adolescentes de 15 a 17 anos veio justamente a partir da permanência no fluxo adequado de jovens com características associadas aos grupos contextualmente mais vulneráveis na educação, especialmente, os meninos e os mais pobres.

Analisando as condições específicas do contexto da pandemia de coronavírus é provável que as sugestões, medidas, ações e políticas tomadas justifiquem, ao menos em parte, o movimento ocorrido. É possível que tenham influenciado de tal forma o público de adolescentes e sua resposta educacional, de modo que alterou a percepção de custo-benefício do atendimento escolar. O Parecer CNE/CP 11/2020 sugeriu uma abordagem às secretarias de educação e governos que visou amenizar os impactos incontestáveis da pandemia de coronavírus, tanto em termos educacionais, como político, social, pedagógico, emocional, físico, de trabalho e renda. No texto do Parecer, uma das

recomendações dadas foi: “[...] adoção de medidas que minimizem a evasão e a retenção escolar neste ano de 2020. Os estudantes não podem ser mais penalizados ainda no pós pandemia.”. É possível que as medidas advindas desta recomendação tenham beneficiado a permanência dos estudantes durante a crise, especialmente pelos grupos mais suscetíveis à não frequência e às trajetórias irregulares. Além disso, é importante pontuar que a adoção do ensino remoto reduz os custos de tempo, deslocamento, e vigilância, antes contidos no ensino presencial. Este novo contexto de ensino reduziu a propensão dos alunos a abandonarem a escola, facilitando a conciliação da frequência remota com outras atividades que em outra época não seria possível.

Os resultados relatados neste trabalho corroboram com a proposta da hipótese alternativa de que na pandemia as dinâmicas de trabalho e das escolas foram modificadas a tal ponto que favoreceram a frequência escolar no período, dos jovens de 15 a 17 anos. Este resultado é diferente do esperado, segundo a bibliografia revisada sobre épocas de crise. Entretanto, no contexto específico da pandemia de Covid-19, a forma como a situação foi conduzida permitiu novas formas de adaptação por parte dos estudantes, de modo que o resultado é compreensível. As condições convencionais vividas pelos estudantes não foram verificadas e os custos da permanência reduziram. A própria ideia de “frequência escolar” se tornou mais difusa. Contudo, as mudanças notadas não devem ser tomadas como avanços, já que os dados de 2022 indicam um começo de reversão das tendências registradas em 2020 e 2021. Ao que parece, a mudança não é sustentável e foi fruto da circunstância criada pela pandemia. Além disso, ainda não se sabe o quanto as mudanças para os anos de 2020 e 2021 refletem de fato o real aprendizado e desempenho escolares de grupos desfavorecidos histórico e socialmente. Algumas limitações envolvendo os dados utilizados dificultaram o aprofundamento em determinadas questões: limitações devido à disponibilidade de dados sobre educação, família e relações de parentesco, ou mesmo a não realização do Módulo de Educação comumente coletado no segundo trimestre.

Novamente, não é possível afirmar que as melhorias identificadas nos resultados, com aumento da probabilidade de frequência ou conclusão, impliquem em evolução. Por mais que o aumento do atendimento se aproxime da meta de universalização PNE 2014-2024, não há indícios de que a mudança seja sustentável e menos ainda que foi acompanhada de melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. Se a maior permanência foi fruto de medidas circunstanciais, é possível que a taxa de frequência escolar da população entre 15 e 17 anos não perdure nos níveis observados pelos próximos anos e será necessário continuar investigando devido ao potencial de impacto que o período pode oferecer nas coortes impactadas. É necessário continuar investigando, acompanhando e aprofundando no tema a fim de compreender suas reais consequências e aprender novas formas de ação caso seja preciso no futuro. Mais do que apenas índices, a educação deve ser notada pelo impacto e pelas oportunidades que oferece às pessoas. Garantir que as crianças e os adolescentes em idade escolar obrigatória estejam na escola é apenas o primeiro passo a ser dado. O caminho a ser percorrido é muito mais complexo e longo.

V. Referências bibliográficas

ABDO, Maysa de Medeiros Pereira; LUZ, Luciana Soares. Estrutura familiar e desempenho escolar dos filhos. Anais, p. 1-20, 2019.

ARAÚJO, Adriano Firmino V. de; SILVA NETTO JUNIOR, José Luis da; SIQUEIRA, Liédje Bettizaide Oliveira de. Estrutura familiar e dinâmica educacional entre gerações. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 39, 2022.

- BARROS, Ricardo Paes de et al. Determinantes do desempenho educacional no Brasil. 2000.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 14 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação, LEI N° 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Brasília, 2014. BRASIL.
- BUCHMANN, Claudia; HANNUM, Emily. Education and stratification in developing countries: A review of theories and research. **Annual review of sociology**, p. 77-102, 2001.
- CASTRO, Vanessa. Determinantes do sucesso educacional: um olhar sobre as trajetórias educacionais de sucesso. **Teoria e Cultura**, v. 7, n. 1 e 2, 2012.
- COLEMAN, James S. **Equality of educational opportunity [summary report]**. US Department of Health, Education, and Welfare, Office of Education, 1966.
- DE FREITAS VIEIRA, Márcia; DA SILVA, Carlos Manuel Seco. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. *Revista brasileira de informática na educação*, v. 28, p. 1013-1031, 2020.
- FRANCO, Ana Maria de Paiva. Os determinantes da qualidade da educação no Brasil. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sobre a alteração do método de calibração dos fatores de expansão da PNAD Contínua: nota técnica 04/2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 10p.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sobre os rendimentos de todas as fontes de 2020: nota técnica 05/2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. 3p.
- LUZ, Luciana Soares. Os determinantes do desempenho escolar: a estratificação educacional e o efeito valor adicionado. *Anais*, p. 1-20, 2016.
- MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. Os determinantes do desempenho escolar do Brasil. 2007.
- OLIVEIRA, João Batista Araujo; GOMES, Matheus; BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 28, p. 555-578, 2020.
- RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Determinantes do resultado educacional no Brasil: Família, perfil escolar dos municípios e dividendo demográfico numa abordagem hierárquica e espacial. 2005.
- SANTOS, Matheus Menezes dos. Heterogeneidade na transição para a vida adulta no Brasil. 2018.
- SANTOS, Matheus Menezes dos; QUEIROZ, Bernardo Lanza; VERONA, Ana Paula de Andrade. Transition to adulthood in Latin America: 1960s-2010s. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, p. e0161, 2021.

SOARES, José Francisco; ALVES, Maria Teresa Gonzaga; FONSECA, José Aguinaldo. Trajetórias educacionais como evidência da qualidade da educação básica brasileira. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 38, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário 2021.
<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/07/Anuario_21final.pdf?utm_source=site&utm_campaign=Anuario> Acesso em: 15 jul. 2023